

Comércio, autoridade e poder na Colônia do Sacramento na primeira metade do século XVIII – o caso da Família Botelho

*Prof. Ms. Fabrício Prado - Colégio Leonardo da Vinci e Professor Substituto
Colégio de Aplicação UFRGS.*

A Colônia do Sacramento, na primeira metade do século XVIII, constituiu uma cidade de pródigo comércio na região platina. Inserida tanto nas rotas portuguesas, quanto nas castelhanas, os habitantes de Sacramento materializavam a fronteira entre os dois Impérios Ibéricos na América. O presente estudo analisa os vínculos existentes entre Colônia e o Rio de Janeiro e Buenos Aires e as redes sociais e comerciais que se estabeleciam e como essas ligações possibilitaram na construção de autoridade e prestígio na sociedade local. Para tanto, analisamos especificamente trajetória da família Botelho de Lacerda entre 1720 e 1753. A família Botelho de Lacerda no decorrer do período constituiu-se na principal família de Colônia, contando com comerciantes, militares de alta patente, e burocratas com grande poder na sociedade local, além de boa inserção no centro da Colônia portuguesa na América.

Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII¹

Durante o século XVIII a colônia portuguesa na América sofreu importantes transformações. Enquanto a cidade do Rio de Janeiro consolidava sua importância como um dos principais entrepostos do Atlântico sul, servindo de conexão para diversas rotas terrestres e marítimas entre África, Europa e América. Para o Rio de Janeiro confluíam também as rotas que traziam metais preciosos, ouro das Minas e prata proveniente do comércio no rio da Prata. As rotas do comércio legal - e principalmente as do comércio ilegal - com o Prata ocuparam importante papel na expansão das rotas comerciais e nos negócios da elite comercial fluminense.

A fundação da Colônia do Sacramento, no Rio da Prata, desde o Rio de Janeiro e sua manutenção por quase cem anos (1680 à 1777), foi a materialização do processo de expansão territorial e comercial do Estado lusitano e das elites mercantis luso-brasileiras rumo ao prata. Sacramento devia viabilizar e restabelecer os vínculos com o Prata rompidos após o fim da União Ibérica após 1640². A Colônia, estabelecida na margem norte do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires significou o abandono dos limites estipulados pelo Tratado de Tordesilhas. No século XVIII, Sacramento ocupou papel destacado enquanto porta de entrada de produtos introduzidos por comerciantes luso-brasileiros³ e estrangeiros

¹ O presente trabalho constitui uma apresentação parcial do resultado de uma pesquisa mais ampla, publicada em Prado, 2002. A pesquisa contou com financiamento da CAPES.

² Acerca da forte presença comercial de mercadores luso-brasílicos em Buenos Aires, e as rotas comerciais que uniam o Prata ao Rio de Janeiro e o restante da América Portuguesa durante a União Ibérica, ver o clássico trabalho de CANABRAVA, 1942.

³ Utilizamos aqui a expressão luso-brasileiro como sinônimo de “portugueses americanos”, forma de identificação corrente no século XVIII e atribuída por Simão Pereira de Sá aos habitantes e comerciantes da

no Prata, bem como fonte de couros e principalmente da prata escoada pela “porta dos fundos” das minas de Potosí, situadas no Alto Peru⁴. Sacramento era uma fonte de metal, produto fundamental em uma economia que sofria com a escassez crônica de moeda.

Com o progressivo acúmulo de importância pela cidade do Rio de Janeiro (que seria transformada em capital da administração portuguesa na América, o comércio com o prata foi também sendo protagonizado principalmente pelo comerciantes fluminenses. A região platina possuía importantes atrativos, não apenas pela prata, mas pelos mercados de Buenos Aires, do Paraguai e do Alto Peru, regiões marginalizadas no abastecimento oficial hispânico. A região platina representava potenciais consumidores de escravos, açúcar, cachaça, entre inúmeras outras mercadorias que estavam na pauta dos importantes negociantes cariocas.

Com a fundação de Sacramento, e principalmente pelo seu desenvolvimento no século XVIII, começou a materialização de um espaço fronteiro na Banda Oriental (margem norte do Rio da Prata, aproximadamente o território do atual Uruguai). Foi a reprodução das velhas fronteiras Ibéricas numa região onde além de portugueses e castelhanos havia índios e jesuítas para habitar concomitantemente o espaço⁵.

Na primeira metade dos 1700 a Colônia do Sacramento conheceu significativo crescimento populacional, e uma estrutura urbana militarizada foi construída. A meados do século XVIII, a fortaleza militarizada já era o centro de uma vasta região polarizada pela cidade-porto na qual mercadores, camponeses, escravos e índios construíam a fronteira sul do Império Português na América. A cidade atraía pessoas pela segurança, pelo mercado, pela presença da autoridade, da Igreja, pelas festas, além de outros motivos mais conjunturais. Tal impressão se confirma quando inserimos Sacramento em seu contexto regional platino⁶.

A instalação de Sacramento na margem setentrional do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires, constituiu-se no primeiro núcleo urbano e de povoamento efetivo por parte de um Império europeu na costa da Banda Oriental. Tal fato provocou mudanças profundas em Buenos Aires. Desde o princípio do século XVII até 1640, as relações entre os portugueses e castelhanos de Buenos Aires haviam sido bastante profícuas. A existência de Sacramento, a partir de 1680, fez com que os antigos laços comerciais e sociais entre lusos e portenhos fossem reativados, repercutindo no desenvolvimento de fortes intercâmbios entre agentes sociais de ambas as margens do Prata. Montoukias observou que, em fins do século XVII, o progressivo desenvolvimento comercial e o aumento da importância econômica e política de Buenos Aires em âmbito regional coincidiram com o

Colônia do Sacramento. Sobre a designação “luso-brasileiro”, respaldamos essa utilização também na coleção “História do Império Luso-Brasileiro – 1500/1822”, editada em Portugal. Salientamos ainda a inexistência de um termo próprio para a designação dos súditos portugueses que eram nascidos na América portuguesa e/ou tinham seus interesses preferencialmente vinculados nessa região do Império. Para a América Hispânica o termo “criollo” dá conta dos indivíduos que atuavam com interesses e raízes baseados na América.

⁴ Charles Boxer. *A Idade de Ouro do Brasil*. Record: Rio de Janeiro. 2000. p 265.

⁵ A Colônia do Sacramento foi fundada em 1680. No mesmo ano foi atacada e tomada por tropas hispânicas, em 1681 voltou para domínio português. Em 1705, a Colônia foi novamente tomada pelos castelhanos, sendo apenas em 1716 reocupada pelos portugueses, que nela permaneceram até 1777. Para maiores detalhes sobre as fases de ocupação da Colônia e as atividades ali desenvolvidas ver Prado, 2002.

⁶ Para maiores informações sobre o desenvolvimento urbano de Sacramento e sua inserção regional ver Prado, 2002. Especialmente o capítulo “Uma cidade portuguesa na Banda Oriental”.

desenvolvimento das relações com a Colônia do Sacramento⁷. Tal constatação modificou a imagem construída pelas historiografias nacionais acerca das disputas coloniais no Rio da Prata, nas quais o conflito e a competição eram as tônicas das narrativas.

A presença permanente dos luso-brasileiros no estuário platino resultou no que Fernando Jumar definiu como o “complexo portuário do Rio da Prata”. Tal idéia dá conta da realidade de mútuos contatos e relações comerciais e sociais entre súditos portugueses ou hispânicos, apesar dos impedimentos legais. Esses vínculos existentes entre os portos de Buenos Aires e Sacramento (mais tarde inclui-se Montevidéu), eram bastante profundos e constituíram uma característica da região. Cada porto ocupava papéis definidos e complementares. Pelo seu caráter de limite político ainda indefinido, a região platina era uma zona com especificidades próprias, onde as possibilidades do “trato ilícito” eram rotineiras na vida de todos os habitantes⁸.

Foi a partir de 1716, com a segunda fundação da Colônia do Sacramento, que o complexo portuário consolidou-se e assumiu seu pleno funcionamento⁹. Ao longo do período, diferentes conjunturas definiram os papéis e a atuação das elites de Buenos Aires, Colônia e Montevidéu. A presença inglesa também era um fator importante no ritmo das relações entre Buenos Aires e Sacramento. Jumar salienta a evolução das relações entre os portos do complexo portuário, chamando a atenção para os momentos de acirramento bélico, como foi o caso da “tentativa de asfixia” da Colônia do Sacramento por parte da elite portenha em 1735¹⁰. Tratava-se da exteriorização dos interesses em conflito, da tentativa de alcance de um “ponto de equilíbrio” dentro das atividades de cada cidade no complexo portuário.

Sacramento era responsável pelos contatos diretos com o mercado Atlântico e pela introdução de mercadorias européias e brasileira a baixos preços. Além disso, o porto de Sacramento era melhor para abrigar embarcações maiores, possuía diversas ilhas que facilitavam os descarregamentos de mercadorias e era o principal porto para reparos de barcos no Rio da Prata na primeira metade do século XVIII. Entretanto, os luso-brasileiros, a partir de 1735-37, viram-se privados da exploração dos recursos da campanha pela ação bélica do patriciado portenho. Evocando cláusulas diplomáticas do segundo tratado de Utrecht¹¹, a elite de Buenos Aires buscou controlar os recursos pecuários da campanha oriental, nomeadamente, buscou evitar que os habitantes de Sacramento explorassem o gado (vacum e cavalar), ou se internalizassem na campanha. Entretanto, o predomínio da elite portenha sobre as redes comerciais com regiões interioranas a tornava dependente do comércio direto com a Colônia. Enfim, é dentro desse cenário regional que a Colônia do

⁷ Zacarias Moutoukias analisa o papel de Buenos Aires enquanto articuladora regional de toda uma vasta área interiorana que se estendia até o Alto Peru com o Atlântico, diretamente ou pela via da Colônia. (Moutoukias, 1988).

⁸ Fernando Jumar. *Le commerce Atlantique Au Rio de la Plata*. Tese de Doutorado EHESS. Paris. 2000.

⁹ Fernando Jumar. *Le commerce Atlantique Au Rio de la Plata*. Tese de Doutorado EHESS. Paris. 2000. p 86.

¹⁰ Entre 1735 e 1737 a Colônia do Sacramento sofreu uma ofensiva militar que desde Buenos Aires que culminou em um bloqueio de mais de um ano de duração, momento em que a população da cidade sofreu privações alimentares.

¹¹ O segundo tratado de Utrecht definia que a área adjacente à fortaleza da Colônia não deveria exceder ao “raio de um tiro de canhão”.

Sacramento esteve inserida ao longo de quase um século. A vida social, econômica e política do núcleo populacional luso-americano estava articulada em função do comércio, marítimo e terrestre, no espaço platino.

Uma característica fundamental para o entendimento da própria formação desse complexo portuário, bem como do processo histórico dos atuais territórios do Uruguai, Argentina e Brasil (o estado do Rio Grande do Sul especialmente), é de que se tratava de uma região de fronteira múltipla. Castelhanos e portugueses conviviam com distintos grupos autóctones, bem como com os missionários jesuítas, que constituíam outro foco de interesses. Assim, a região platina da primeira metade do século XVIII era ao mesmo tempo um limite, uma separação. Mas era também o ponto de contato, interação e trocas recíprocas entre portugueses, espanhóis, jesuítas, índios Tape, Minuanos, Charruas, entre outros. Enfim tratava-se de um espaço fronteiriço aberto, uma região que nesse momento incorporava-se ao mundo ocidental inserida em sociedades de Antigo Regime, como era o caso dos Impérios Ibéricos da primeira metade do XVIII.¹²

No presente trabalho, buscamos analisar as forma e os métodos de articulação das elites locais através das empresas comerciais platinas enquanto vias de acesso à riqueza, poder e prestígio. O comércio surge como um fator central, elemento dinamizador da região e que envolvia uma gama variada de agentes sociais. Através da trajetória pessoal de alguns homens de negócios e de autoridades, neste caso a família Botelho, pode-se perceber as intrincadas redes sociais que cruzavam o rio da Prata entre Buenos Aires e Sacramento, estendendo tentáculos rumo aos centros de poder hispânicos e lusitanos. Autoridades e comerciantes confundiam-se em um mercado em que a política e as relações pessoais eram fatores primordiais a serem levados em consideração. O comércio congregava desde as figuras mais proeminentes da sociedade até personagens anônimos, como peões e marinheiros. Todos praticavam o comércio na região, em maior ou menor escala. Inseridos como peões nas grandes operações de contrabando, ou mesmo realizando pequenas transações, a chamada “arraia miúda” era protagonista de diversas formas de comércio¹³. Devido a este fator, optamos por mergulhar nessa sociedade justamente através dessa perspectiva, analisando as relações comerciais, que em uma sociedade de Antigo Regime se estabeleciam levando em conta muitos outros fatores além dos puramente econômicos.

Devido à pequena quantidade de fontes nas quais podemos encontrar claramente as atividade nas quais fatores extra-oficiais estavam envolvidos (exemplo do comércio ilícito e do “tráfico de influência” entre os bandos– para usarmos uma palavra contemporânea) utilizamos alguns casos de outros protagonistas que ocuparam cargos e papéis semelhantes aos homens da família Botelho. Enfim, se não conseguimos rastrear com precisão as manobras sociais e comerciais realizadas pelos “Botelhos” na época, buscamos mapear as possibilidades existentes na sociedade platina da primeira metade do século XVIII.

¹² Ressaltamos que ao utilizar a noção de Fronteira não estamos nos referindo à noção desenvolvida por F. Jackson Turner em seu célebre ensaio sobre o “Significado da Fronteira na História Americana”, pois tal autor utiliza o conceito referindo-se aos limites de um Estado nacional moderno. Para maiores informações sobre a fronteira platina do período ver Eduardo Neumann, *A fronteira tripartida, índio espanhol e lusitanos na formação do Continente do Rio Grande* Niterói: XXI Simpósio Nacional de História – ANPUH.2001.

¹³ Para maiores detalhes sobre as formas de introdução de mercadorias ilícitas e as rotas de contrabando ver os trabalhos já citados Fabrício Prado, *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Fumproarte. 2002. Especialmente o capítulo “Um porto Atlântico na Banda Oriental” e Fernando Jumar, *Le commerce Atlantique Au Rio de la Plata*. Tese de Doutorado EHESS. Paris. 2000.

No presente momento vamos nos ater especificamente ao comércio efetuado através do Rio da Prata. O comércio realizado na campanha, assim como a exploração pecuária e a abertura de caminhos também tiveram grande importância¹⁴.

O período sobre o qual se detém este trabalho, 1716-1753, foi definido em função de ter sido nesse período que a Colônia atingiu maior crescimento populacional e urbanístico, assim como foi um momento, em geral, de convívio relativamente pacífico com os castelhanos (embora após 1735 o acesso à campanha tenha sido consideravelmente restringido). Mil setecentos e dezesseis marca o princípio da terceira ocupação portuguesa (segundo Tratado de Utrecht) e, até fins da década de quarenta (quando se iniciam as negociações do Tratado de Madri), não se acenava com a entrega da cidade por parte de Portugal para a Espanha, da cidade. Entre 1716 e 1735, a ocupação da campanha e arredores da praça foi intensa, fazendas destinadas à pecuária e a agricultura, além de outras instalações luso-brasileira no interior da Banda Oriental predominavam na região próxima a Sacramento. Dificilmente os agentes sociais consideravam a praça um Domínio provisório da Coroa lusa. Não obstante, depois dos anos de guerra de 1735-1737, inicia-se um novo período na ocupação portuguesa e na produção de bens agropecuários, ao mesmo tempo em que se torna claro aos habitantes da cidade que a sua existência sob o domínio do Rei Português não é inabalável, perpétua. Mesmo assim, a cidade continuou com uma agitada vida comercial, embora mais dependente do comércio com os castelhanos para o abastecimento.

Uma sociedade de bandos – comércio e poder na Colônia do Sacramento

A historiografia platina produzida no último quartel do século XX deixou claro que, no Rio da Prata, autoridades, homens de negócio e contrabandistas confundiam-se. Os representantes do poder metropolitano necessitavam de apoio no seio da elite local para lograr impor a autoridade Real – desenhava-se uma aliança que entre burocratas e comerciantes que só deu sinais de alteração após as reformas bourbônicas. Para o Prata do século XVIII, Susan Socolow e Zacarias Montoukias mostraram a aliança entre autoridades e comerciantes através de laços de parentesco, amizade ou negócios. Socolow ressaltou a importância dos “séquitos” de governadores e vice-reis: as pessoas leais vindas da Corte para assessorar a autoridade. Além disso, mostrou a importância dos cargos da burocracia local na estruturação das redes, que acabavam por mesclar autoridade e contrabando no estuário platino¹⁵. Essas relações passavam por redes pessoais, onde a influência das elites locais sobre o aparato de governo local fazia-se sentir. As demais autoridades subordinadas ao Governador em Buenos Aires, em geral funcionários vinculados a órgãos fazendários, possuíam interesses comerciais próprios (ou através de parentes e protegidos), e acabavam por se envolver em grandes negócios de contrabando¹⁶. A integração do governador e seu séquito (ou os seus homens de confiança) com o patriciado local parece um ponto chave no mecanismo de funcionamento das estruturas formais de autoridade. Tal característica era marcante nas sociedades de antigo regime.

¹⁴ Acerca destes aspectos voltamos a referenciar nossa pesquisa: Prado, 2002 e a Tese de Doutorado de Fernando Jumar.

¹⁵ SOLOW. S. 1996.

¹⁶ MOUTOUKIAS. 1992.

Buscando definir esse tipo de relação típica dos impérios da era moderna, Jack Greene desenvolveu o conceito de “autoridade negociada”¹⁷, o qual busca descrever, a partir de outras referências analíticas e históricas, esse tipo de aliança entre a autoridade e os interesses locais. Russel-Wood busca aplicar ao Brasil o mesmo conceito desenvolvido por Greene. Dentro desse marco interpretativo, João Fragoso¹⁸ também desenvolve suas hipóteses e pesquisas sobre o processo formativo da elite senhorial fluminense. Dessa forma, podemos verificar que tal tipo de relações sociais, e vínculos entre as autoridades e as elites comerciantes e terratenentes locais eram característicos das sociedades de antigo regime na América setecentista.

Sobre a existência e importância de bandos e facções locais na América Portuguesa João Fragoso fornece uma valiosa contribuição para a sociedade fluminense no século XVIII. Em artigo recente o autor analisa a associação entre a chamada “nobreza da terra” e comerciantes, e como a formação de facções sociais e políticas acabava por influir no mercado setecentista. Fragoso reconhece alguns postos-chaves de influência no mercado, como por exemplo a Fazenda Real (os provedores) e a Alfândega (os juizes). Tais postos burocráticos permitiam a intervenção em questões comerciais, e portanto fazia com que mercadores dependessem da “boa vontade” dos oficiais. Tal característica Francisco Pinheiro, um dos maiores comerciantes de Lisboa, a escrever “Deus [me] livre de semelhantes tribunais como são as alfândegas.”¹⁹

Para a América espanhola, Moutoukias trabalha detidamente um caso de enfrentamento entre facções de autoridades e negociantes em Buenos Aires da segunda metade do XVIII²⁰. Nesse estudo, o autor reafirma a importância de certos postos-chaves na burocracia espanhola, como os oficiais da Real Fazenda, que juntamente com o governador eram os responsáveis pelo zelo para com o contrabando. Moutoukias mostra como os conflitos entre as redes atuantes em Buenos Aires vinham à tona quando da mudança de governador. Com a saída de um grupo do poder, o outro apressava-se em apresentar acusações e ocupar o espaço vacante no mercado do “complexo portuário rio-platense”. Enfim, o mercado do Rio da Prata, além de ser determinado, em grande medida, por questões políticas, estava dividido em facções. Estas definiam-se em função das alianças entre elementos das redes de fidelidades pessoais. Tais alianças eram variáveis²¹.

Vejamos uma situação recorrente na época e que conseguimos identificá-la em Buenos Aires. Veremos adiante que tal esquema ocorria também, ou ao menos denunciava-se na época, em Sacramento.

¹⁷ GREENE, Jack. 1984.

¹⁸ FRAGOSO, J. A Formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). IN: FRAGOSO, J. GOUVEA, M. BICALHO, M. F. (ORG.). 2001.

¹⁹ João FRAGOSO. Afogando em Nomes. *Topoi* UFRJ. RJ. 2002. p 55

²⁰ MOUTOUKIAS. 1992.

²¹ Moutoukias alerta que a posição que cada indivíduo ocupa dentro da rede é variável. Tal variação define-se pelos recursos que a pessoa pode disponibilizar. MOUTOUKIAS. 1992. p 6. Jumar também tece considerações sobre os grupos em oposição no comércio Buenairense. JUMAR. 2000. Cap. IV. Para a América portuguesa, FRAGOSO, João. 2001 confirma o mesmo tipo de conflito e estruturação no mercado fluminense, definindo-o como “dominado por Bandos”. O autor ressalta ainda que tal característica também prevalecia em outras partes do Império luso no ultramar, como na Ásia. Esses bandos, chefiados por fidalgos, disputavam a supremacia e o controle do comércio e da política coloniais. P 57 e 61.

Em princípios da década de 1730, há a substituição do governador Bruno Maurício de Zavala (que governava as províncias do Prata desde princípios da década de 1720), por Miguel de Salcedo (que iria ser responsável pelo sítio da Colônia entre 1735 e 1737). Nem bem saíra o antigo Governador, os Oficiais da Fazenda Real – responsáveis pela cobrança dos direitos, e responsáveis pelas inspeções nas mercadorias que chegassem ao porto da cidade - que trabalhavam com Zavala foram presos. As acusações lançadas por Francisco de Alzaybar, detedor de navios de registro no Prata e licença para curso e repressão ao contrabando no estuário platino, relacionava os oficiais D. Diego de Sorarte, e Alonzo de Arce y Arcos²² a uma série de empresas de contrabando, especialmente com os Ingleses e luso-brasileiros da Colônia do Sacramento.

O esquema denunciado dizia que os Oficiais Reais e o antigo governador mantinham intensas relações com os Ingleses. Em troca de faustos jantares, recepções e festas na feitoria do Assento da *South Sea Company*, os oficiais faziam “vista grossa” ao contrabando. Eram acusados ainda de receber quantias próximas de 6.000 pesos para permitir que navios vinculados à *South Sea Company* adentrassem no porto de Buenos Aires. O juiz metropolitano que investigava as denúncias dizia que os oficiais reais demoravam entre um e três dias para realizar a visita a bordo do navio. Este tempo seria suficiente para descarregar nas ilhas do rio, temporariamente, ou armazenar na Colônia ou Banda Oriental, gêneros para comerciar. Dessa forma, quando os oficiais Reais fossem inspecionar o navio, não haveria contrabando à bordo.

Não bastassem essas acusações, outras mostravam que a empresa do contrabando era ainda mais articulada e complexa. O genro de Diego de Sorarte, Adrian Pedro Warnes, era um homem de negócios de Buenos Aires que, após o casamento com Savina Sorarte, progrediu na carreira na cidade na qual havia chegado durante a década de 1720. Warnes era acusado de estar envolvido na introdução de diversos gêneros de contrabando, dos quais muitos eram comercializados por um outro comerciante, em Buenos Aires, Juan de Mosqueria. Este último possuía uma venda célebre por oferecer todo tipo de artigos de contrabando, por isso cognominada “arca de noé”. Esse grupo centrado em Diego de Sorarte e sua filha Savina, vão originar um dos principais clãs de comerciantes da Buenos Aires vice-reinal²³.

Neste momento, na Colônia do Sacramento, as relações entre Vasconcellos e alguns comerciantes, especialmente Joseph Meira da Rocha (representante de Francisco Pinheiro na Colônia), estão começando a se tornar conflituosas, configurando-se num enfrentamento de bandos similar ao que estava se desenrolando em Buenos Aires, e que sabemos também existiam no Rio de Janeiro. Vejamos o que nos diz Meira da Rocha:

“Neste mes chegaram a Buenos Aires os navios do assento da Inglaterra, e juntamente, o rezisto em q. veio o novo governador, e ministros para aquella cidade os quais tem feito suas reformas nos officiais antigos achando-se ja alguns prezos; e com os benz confiscados, o que tem cauzado seus azedumes, de bocca a

²² Diego de Sorarte havia sido contador da Reais Caixas no princípio do século XVIII, tendo sido afastado por envolvimento no Contrabando. Alonzo de Arce y Arcos, era filho de um ex-governador das Províncias do Rio da Prata, também do início do século. AGN – Tribunales Sala IX 39.9.4 Exp. 01

²³ Socolow, 1996.

esta praça ou aos ministros della **na concideração de q. algum dia susseda por ca o mesmo q. não falta em q.**”²⁴

Meira refere-se às investigações que culminaram com a prisões e embargo de bens de Diego de Sorarte e Alozo de Arce y Arcos: os oficiais reais encarregados pela fiscalização fazendária. Meira da Rocha insinua que os oficiais da Colônia do Sacramento sentiram temor de que, algum dia, investigações e processos semelhantes viessem a ocorrer na Colônia. Tal passagem é um índice denunciador da estrutura das alianças entre o Governador e seus oficiais, especialmente o Juiz da Alfândega, na época Manoel Botelho de Lacerda. As acusações de Meira da Rocha, na verdade, centraram-se em Vasconcellos por ele ser a parte mais visível do esquema, a figura mais proeminente do bando que atuava no complexo portuário do Prata a partir de Sacramento.

As denúncias de Meira da Rocha contra Vasconcellos passavam pela revelação aos centros de poder, nomeadamente Lisboa, dos negócios extra-oficiais com os ingleses. Segundo o comerciante, o governador e seus oficiais recebiam expressivas somas de dinheiro, como 4:800\$000 réis, para permitir a presença de navios ingleses nas cercanias. Além disso, Meira denuncia com grande escândalo os numerosos jantares e banquetes de que participavam os principais comerciantes e autoridades vinculadas a Vasconcellos e os britânicos. Não bastassem essas acusações, o comerciante culpava as atitudes do Governador pelo mau andamento de seus negócios, pois ao contrário de outras casas comerciais estabelecidas na Colônia, a Meira era “*a mais bem livrada q. ha nessa praça de donde elle não pode tirar o dinheiro*”²⁵. Vasconcellos acobertaria ainda, a cobrança ilegal de selos na alfândega de Sacramento, pois teria relações pessoais de amizade com o Selador da Alfândega. Essas eram as acusações que Meira da Rocha enumerava em diferentes cartas para seu correspondente em Portugal, e com base nisso solicitava a Pinheiro empenho na representação de um requerimento ao Conselho Ultramarino para que se “*apeie ou mude tal governador*”²⁶, o qual veio a designar como um “*comilão de auctoridade*”²⁷.

O comerciante Francisco Pinheiro, em Portugal, não se empenhou na representação do requerimento de Meira da Rocha. Considerou tal atitude como perigosa para seus interesses na Corte, uma vez que Vasconcellos contava com fortes relações com o Presidente do Conselho Ultramarino. Sabemos que tais denúncias não surtiram resultados práticos visíveis. Não obstante, as autoridades ficaram sabendo das denúncias que pairavam sobre a figura de Vasconcellos. Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio de Janeiro e das províncias do Sul, mandou realizar uma investigação discreta acerca dos negócios do governador da Colônia.

O resultado do inquérito apurou que “*tem padecido a fazenda de V. Mag. grande descaminho ou pelo Governador, ou por sua dicimulação e premiço dado ao M. de Campo*

²⁴ LISANTI FILHO, L. 1973. Cartas da Colônia do Sacramento. P 337. 14/III/1734. Grifo nosso.

²⁵ LISANTI FILHO, L. 1973. Cartas da Colônia do Sacramento. P 385. 04/III/1735. Meira da Rocha escreve ainda, um mês depois, para Francisco Pinheiro: “isto ca não esta para negocios e não repare VM. nas informaçoins, e aparentes luzimentos de outros orgulhozos comerciantes”. p 386. 25/IV/1735.

²⁶ LISANTI FILHO, L. 1973. p 299 20/V/1728.

²⁷ LISANTI FILHO, L. 1973.p 383. 4/III/1735.

q. he Juiz de Alfândega”²⁸, e que o governador era de fato responsável pela movimentação de “*grossas quantias*” através da Companhia de Jesus da Colônia e do Rio de Janeiro. Entretanto, Gomes Freire não aconselhava a tomada de nenhuma resolução prejudicial a Vasconcellos, em vista de que poderia gerar desordens e falta de autoridade na Colônia, que acabariam por trazer maiores prejuízos aos interesses do Rei. Afinal, a situação na Colônia era delicada no ano de 1737, quando do Grande Sítio pelos castelhanos²⁹. Notamos novamente a acusação envolvendo não apenas o governador, mas também seu oficial mais importante, o juiz da Alfândega e Mestre de Campo (equivalente a patente de coronel) Manoel Botelho de Lacerda, que ao longo do período foi o segundo homem em autoridade na Colônia.

As acusações de Meira da Rocha e o resultado das investigações levadas a cabo na época parecem indicar o mesmo tipo de atividades de comércio lícito e ilícito, envolvendo as autoridades locais e os comerciantes, num mercado onde as disputas se davam entre as diferentes facções. O Governador era o principal chefe, e o segundo na ordem hierárquica da empresa era o Mestre-de-Campo³⁰ e Juiz de Alfândega Manoel Botelho de Lacerda. Os negócios secretos reproduziam a hierarquia oficial. O Governador movimentava os grandes proventos das atividades extra-oficiais pela via discreta da Companhia de Jesus, especialmente no que dizia respeito ao movimento entre Sacramento – Rio – Portugal. Já o Juiz da Alfândega e seus dependentes eram reputados como deveras abastados, condição proporcionada pelos negócios do contrabando.

Apesar de tudo, o Governador da Colônia não foi removido de seu cargo até 1749, quando foi trocado por Luis Garcia de Bivar no controle da cidade lusitana, em função do Tratado de Madri. Durante esse período, apenas por curtos períodos de tempo, devido a enfermidades, Antônio Pedro não esteve à frente do mando em Sacramento. Manoel Botelho de Lacerda continuou durante todo o período como o Mestre-de-Campo do terço da Colônia, e seus parentes permaneceram, até mesmo após a saída de Vasconcellos, intimamente ligados ao poder local. Tal fato nos permite inferir que a estrutura de construção de poder e autoridade na Colônia passou pela construção de redes de negócios e influências duradouras, com relativa autonomia em relação ao jogo do poder desenrolado no centro da América Portuguesa..

Temos ainda que, devido à distância entre Sacramento e o Rio de Janeiro, os gastos realizados pelo Governador por conta da Fazenda Real eram somas adiantadas pelos homens de negócios da Colônia, os quais recebiam letras da Coroa para serem pagas pela Fazenda Real no Rio de Janeiro. Vasconcellos tinha, então, uma relativa dependência financeira em relação aos grandes comerciantes de Sacramento³¹. O próprio governador

²⁸ AHU-ACL-CU- Rio de Janeiro. Doc. 16844. 25/II/1737. Agradeço a Fernando Jumar a indicação deste documento.

²⁹ Tais recomendações sobre a presença de Vasconcellos e o estado da Colônia são fundadas nos relatos de José da Silva Pais. AHU-ACL-CU-Rio de Janeiro. Doc. 16844.

³⁰ Patente transformada na de “Coronel” na segunda metade do século XVIII. Era muito disputada pelo status que portava.

³¹ O adiantamento de somas na Colônia por negociantes que recebiam créditos na Fazenda Carioca já ocorria desde 1719, quando Jeronimo de Ceuta adiantou 8:000\$000rs para o então Governador Manoel Gomes Barbosa. AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc.54. 18/X/1719. Vasconcellos, quando de sua chegada em 1722 ajustou que “e que para haver promptos os pagamentos do dito regimento(...), ajustarse com

ressaltava a importância de que, na Fazenda Real do Rio de Janeiro, era necessário o pronto pagamento das dívidas, pois senão os comerciantes não adiantariam o dinheiro, causando dificuldades de manutenção na Colônia. Os atrasos de soldos eram apontados, pelos mandatários da Colônia, como a principal causa das deserções. Nessa gestão, o governador atuava junto a Lisboa diretamente, explicitando os vínculos com o poder que investiam sua autoridade: “*athé aqui não supunha que o Gov. da Colonia era subalterno ao do Rio de Janeiro, [...] pois o juramento q. dá obrigação de responder somente a V. Mag*”³². Os vínculos diretos com o Rei e o Conselho Ultramarino eram a base de poder de Vasconcellos, bem como eram a garantia de certa autonomia de autoridade e poder da Colônia.

Os empréstimos dos homens de negócio da praça à Fazenda Real eram também um ponto chave na construção e estruturação do arranjo de poder de Vasconcellos e seus aliados locais. Logo em seguida do acerto com os homens de negócio para o adiantamento de valores à Fazenda da praça, a quantia já chegava à soma expressiva de 20:288\$193rs, os quais deveriam ser reembolsados aos procuradores cariocas dos comerciantes de Sacramento³³. Tais transações continuaram, mas em certos momentos houve resistência ao pagamento dos títulos por parte da Fazenda Real do Rio de Janeiro. Tais episódios ocorriam quando mudavam as autoridades e, conseqüentemente, as relações entre as autoridades da Colônia e do Rio de Janeiro³⁴. Essas relações permitem inferir que, sendo o Almojarife da Colônia o responsável pelo lançamento das letras sobre o Rio de Janeiro, constituía atributo importante, neste posto, manter boas relações com autoridades e homens de negócios fluminenses.

O Bando do Governador: os Botelhos e o núcleo do poder em Sacramento

Antonio Pedro Vasconcelos chegou à Colônia, em 1722, investido do poder do Rei. Constituíam-se no segundo governador da Colônia após sua refundação e tinha como missão reestruturar a cidadela, incentivar a povoação e fazer cessar as deserções. Nesse momento, pesavam contra o antigo Governador, Manoel Gomes Barbosa, denúncias por parte de particulares da Colônia sobre o monopólio do acesso à campanha e do comércio com o Rio de Janeiro³⁵. O Conselho Ultramarino tomou resolução para que tais abusos cessassem. Menos de dois anos depois, chegava a Sacramento um novo Governador: Antonio Pedro de Vasconcellos. Ele tinha a missão de modificar, em algum sentido, a relação da autoridade com os grupos da elite local, visando a promover o crescimento do comércio e da povoação

os homens de negocio dessa Praça darem na Colônia todo dinheiro que necessitar, e serem delle satisfeitos por letras sacadas sobre a Fazenda Real”. AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 71. 03/V/1722.

³² AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 94.

³³ AHU-ACL-CU-012 - Colônia do Sacramento. Doc. 81. 18/X/1722.

³⁴ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 92. Segundo Vasconcellos: “enquanto foi provedor Manoel Correa Vasques foram com alcuidado pagas [as letras], porém com achegada de Bartolomeu Sequeira Cordovil (...) foram raros os que conseguiram pagamento”.

³⁵ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento Doc. 66. Além dessas acusações de privar acesso à campanha e às embarcações de comércio, um pároco havia instigado os fiéis a sonegar a dízima, devido às arbitrariedades de Manoel Gomes Barbosa AHU-ACL-CU-012- Colônia do Sacramento. Doc. 64. Tal fato ilustra o grau do conflito estabelecido em Sacramento no princípio dos anos 1720.

no estuário platino. Havia recebido as incumbências do cargo do próprio monarca, o qual havia lhe assegurado que Sacramento era uma das partes do Império Português, que tanto interesse despertava, não a trocava com Castella por nenhum equivalente, nem o mais vantajoso³⁶.

Quando Antônio Pedro de Vasconcellos chegou para assumir o governo da Nova Colônia do Sacramento, em 1722, Manuel Botelho de Lacerda já servia como sargento-mor do terço de infantaria da Colônia. Botelho de Lacerda era, na hierarquia militar, um dos principais homens na Colônia e já atuava nas carreiras do comércio atlântico. Em 1720, há registros de que enviou cargas de sebo e charque para o Rio de Janeiro, numa embarcação que naufragou na saída do estuário platino³⁷.

Manuel Botelho de Lacerda era natural da vila da Murça. Serviu, em 1705, na fronteira do Reino e, nos anos seguintes, realizou troca de prisioneiros com Espanha e voltou a Portugal com mais de 600 homens. Em 1712, era sargento-mor da Fortaleza de Santa Cruz no Rio de Janeiro. Ainda no Rio trocou de posto para sargento-mor do terço de infantaria de Manoel de Almeida, com o qual passou à Colônia do Sacramento em 1718. Nos dois primeiros anos após sua instalação na Colônia, supriu com dois mil cruzados de sua fazenda a compra de farinhas e os soldos de sua guarnição.

O sargento-mor era o responsável, desde 1720, pelos contatos oficiais entre os governos de Colônia e Buenos Aires. No citado ano, Manoel Botelho já havia ido por dois meses à outra Banda tratar da restituição de uma porção de prata portuguesa apreendida quando do naufrágio da nau Caravela. Em 1729, retornou oficialmente a Buenos Aires sob ordens de Vasconcellos, mesmo ano em que foi indicado como Juiz da Alfândega da Colônia. É importante salientar que, dessa forma, Botelho de Lacerda acedeu a postos-chaves. Como autoridade militar, possuía poder, prestígio, isenções e franquias que o permitiam atuar de forma mais desimpedida quanto às suas atividades econômicas. Tal sucesso, entretanto, estava vinculado às suas ligações em Buenos Aires e seu progressivo acúmulo de prestígio social: um papel que lhe permitiu posicionar-se de forma privilegiada dentro das redes pessoais nas quais estava vinculado.

Em 1725, Botelho de Lacerda viajou para o reino, passando pelo Rio de Janeiro. Seus interesses não estavam restritos ao complexo portuário rio-platense, mas justamente sua atuação na Colônia era a de fazer a ligação da região ao Atlântico Português, e suas atividades dependiam dos vínculos estabelecidos desde Colônia rumo ao Rio de Janeiro e Lisboa.

Quando da chegada de Vasconcellos, Manuel Botelho de Lacerda constituiu-se em um dos principais articuladores do poder do novo governador. Foi o responsável por integrá-lo às redes de contrabando local, e auxiliá-lo com sua experiência nos negócios do Prata. De braço direito militar, constituiu-se também no braço direito administrativo do governador. Ao longo do período, as trajetórias de Vasconcellos e Botelho de Lacerda vão permanecer intimamente ligadas. A carreira ascendente de Manuel Botelho de Lacerda no quadro hierárquico da Colônia seguiu pelas décadas de 1730 e 1740. Durante o “Grande Sítio”, em 1735, assumiu interinamente o governo da Colônia, além de ter prestado favores à Coroa de sua própria fazenda, assim angariando também mais prestígio junto ao Rei. Nos

³⁶ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. T. II. p. 140.

³⁷ JUMAR, Fernando. 2000. p. 308.

anos que se seguem, é promovido a mestre-de-campo do Terço da Colônia³⁸, não obstante as denúncias que pesaram nessa época contra sua figura e a do Governador.

Em 1743, durante um impedimento de Vasconcelos, governou a praça por meio ano. Foi nesse mesmo ano que sua filha, Rita Botelho Trindade, casou-se com um inglês, homem de negócios chamado João Burrish³⁹, que passou a residir em Sacramento. Dessa forma, Botelho de Lacerda incorporava um genro com vínculos profundos com os britânicos, tão polêmicos freqüentadores dos portos do Rio da Prata. Sabendo dos negócios que em meados dos anos 1730 realizava Manoel Botelho, juntamente com o governador, parece que o casamento de Rita constituiu-se em uma estratégica aliança. João Burrish inseria-se numa das principais (senão a principal) famílias de notáveis da Colônia. Ao passo que a naturalidade de Burrish, no mínimo, facilitava o trato com os ingleses.

Botelho de Lacerda contiuiu-se no segundo homem em distinção na Colônia do Sacramento. Sua condição social e política permitia assegurar posições privilegiadas para os membros de suas famílias. Seu filho, Constantino Botelho, foi indicado como capitão do terço do qual Botelho de Lacerda era mestre-de-campo⁴⁰. Sabemos que tais postos militares não significavam apenas prestígio e status social, mas também liberdades e isenções comerciais. Posteriormente, o capitão Constantino transferiu-se para o Rio de Janeiro, cidade que em meados do século XVIII convertia-se oficialmente no centro de poder político e econômico da América portuguesa. Em princípios da década de 1760, Constantino casou-se com Ana Joaquina, pertencente à família dos Pontes e Teles Barreto. Tais famílias eram poderosas na sociedade fluminense e integravam bandos dentro da política e dos negócios locais. O que deve-se ressaltar é que eram essas famílias que durante quase meio século controlaram postos relacionas à Alfândega e a Real Fazenda do Rio de Janeiro⁴¹.

Os outros dois filhos de Botelho de Lacerda, José e Antônio, foram dispensados dos postos subalternos do serviço militar, também pelas considerações devidas aos préstimos do pai.

Residia na Colônia também o irmão de Manoel Botelho, o capitão de artilharia Pedro Lobo Botelho. Este capitão, em fins da década de 1740, era reputado pelo governador de Buenos Aires, Joseph de Andonaegui como “*persona que por sus loables circunstancias as mereze la mas distinguida estimación*”, ao mesmo tempo que era constituído como o interlocutor das ordens entre os governadores de Colônia e Buenos Aires⁴². Tal inserção nos circuitos de poder permaneceu até 1753, quando da ocasião da visita de Gomes Freire, em que este foi considerado o “capitão embaixador” da Colônia em Buenos Aires⁴³.

Ao longo dos 27 anos durante os quais Antonio Pedro foi o governador da Colônia, a família de Botelho de Lacerda contituiu-se numa das mais influentes e poderosas de

³⁸ As patentes de Mestre de Campo tornaram-se, na segunda metade do século XVIII, patentes de Coronel. Sempre foram muito disputadas pelo prestígio que reputava.

³⁹ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 460. 1752.

⁴⁰ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 430. 1748. Vasconcellos indica Constantino pelo seu bom desempenho e pelos préstimos inúmeros de seu pai, Manoel Botelho, à Coroa.

⁴¹ João FRAGOSO, Afogando em Números. *Topói*. UFRJ. RJ. 2002. p 59.

⁴² AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2 12/III/1749.

⁴³ AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2 27/VII/1753.

Sacramento. Mesmo após a saída do governador e a incapacidade física de Manoel Botelho devido à velhice, Pedro Lobo Botelho seguiu a frente nos negócios, e foi o responsável pela inserção do novo governador, Garcia de Bivar, nas transações com a outra banda. Ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro, o capitão Constantino Botelho inseria-se nas principais redes de influência no que se referia à Fazenda e Alfândega da cidade. Tais instituições tinham grande ascendência sobre questões relativas ao pagamento das letras emitidas pelas autoridades da Colônia, assim como sobre o comércio.

Dessa forma, seguimos um pouco da trajetória da família Botelho de Lacerda buscando evidenciar as estratégias de ascensão e manutenção nos altos postos da hierarquia nessa sociedade de Antigo Regime. Entretanto, parece-nos relevante analisar, ainda mais detidamente, os negócios de Vasconcellos ao longo de seu período de governo. Nessas quase três décadas, o governador constituiu-se no maior potentado local, amparado politicamente na autoridade de Botelho de Lacerda (maior autoridade militar após o governador, e Juiz de Alfândega), e na de homens de negócios e capitães que ocuparam o cargo de Almoхарife da Colônia. Ao longo do período, Vasconcellos, progressivamente, enraizou interesses e alianças com os poderosos locais. Assim, a construção do poder tanto do governador quanto dos homens de negócio da Colônia (especialmente o clã Botelho de Lacerda) baseou-se em uma articulação duradoura. Em 1749, era difícil, senão impossível, perceber o governador da Colônia como uma autoridade externa ou com interesses distintos dos principais homens da elite local. Estes, por sua vez, deviam, em parte, a construção de seu *status* e o acesso aos cargos chaves e prestigiosos na sociedade local, justamente a essa aliança com a principal autoridade de Sacramento.

Sabemos que o cargo de Almoхарife era um cargo chave para os esquemas de contrabando (assim como o juiz de Alfândega). Além disso, através de correspondências, sabemos que quando da saída de Vasconcellos da Colônia do Sacramento, em 1749, o governador ficou com créditos pendentes nas bandas castelhanas. Portanto, deixou justamente o Almoхарife da Colônia, então José da Costa Pereira, como seu procurador para a integralização da dívida por parte de um militar castelhano Barnabé Latorre⁴⁴. A dívida de Vasconcellos era procedente de um adiantamento que o governador havia feito ao mercador e capitão-mor Simão da Silva Ge. Entretanto, Barnabé Latorre não honrou os compromissos extra-oficiais que firmara com Vasconcellos⁴⁵.

Mais que informar sobre o tipo e a forma de negócios que o próprio Governador da Colônia do Sacramento se envolvia com os castelhanos, o episódio nos mostra a íntima conexão e confiança existente entre o governador e as principais autoridades da Colônia, não apenas o Juiz de Alfândega, mas neste caso, especificamente os Almoхарifes da Fazenda Real.

Embora não tenha sido localizada nenhuma denúncia ou algum documento que revelasse claramente o envolvimento de Almoхарifes em negócios escusos, a análise de alguns casos pessoais, específicos, podem ser reveladores. Através das ligações e favorecimentos entre o Governador e seus oficiais, podemos vislumbrar os tipos de negócios e estratégias que os comerciantes desenvolviam no mercado platino, bem como da utilização da autoridade para incrementar seus negócios.

⁴⁴ AGN. Colônia do Sacramento. Sala IX . 3.8.2. 15/IV/1751 .

⁴⁵ Barnabé Latorre era devedor da quantia de 1.800 pesos a Vasconcellos. AGN – Colônia do Sacramento. 07/VII/1752. O capitão-mor Simão da Silva, em 1753 foi taxado em 1.600 pesos no rateio da contribuição dos 100 mil pesos para a expedição de Gomes Freire na Colônia do Sacramento. AHRGS. Lata 01 maço 02.

O citado Almojarife José da Costa Pereira ocupou o cargo de capitão da Companhia de Ordenanças dos Moços Solteiros na Colônia. Tal posto garantia status, isenções, privilégios e franquezas – o que auxiliava os negócios de Costa Pereira. Após seu período como Almojarife (era um cargo com mandato trienal), foi indicado por Vasconcellos como selador da Alfândega da Colônia, cargo que também permitia auferir lucros e manter-se intimamente conectado ao funcionamento da burocracia alfandegária, e, principalmente, manter-se vinculado ao poder de forma direta⁴⁶.

O Almojarife que mais prestígio logrou na Colônia, ocupando duas vezes o cargo, foi Manoel Pereira do Lago, que em 1749 transferiu-se para o Rio de Janeiro como Almojarife daquela cidade “pelo abonado de capitais” e “boa conta” que fez do Almojarifado da Colônia. Sua trajetória, assim como a de Botelho de Lacerda, foi intimamente ligada a Vasconcellos. Pereira do Lago, entretanto, parece ter criado vínculos mais sólidos junto aos centros de poder do Império luso, especialmente o Rio de Janeiro.

Manoel Pereira do Lago foi para a Colônia do Sacramento em princípios da década de 1720, pouco depois de Antonio Pedro de Vasconcelos chegar. Tinha ofício de cirurgião. Sabemos que os médicos sempre gozaram de prestígio e tinham facilidades de enriquecimento. Não demorou muito para tal reconhecimento tornar-se oficial. Pereira do Lago sentou praça como soldado voluntário, com arreios e farda de sua própria conta. Pereira do Lago dedicava-se também ao comércio na Colônia. Em 1730, enviou couros para o Reino, e seguiu para Lisboa em função de assuntos particulares. No ano seguinte, logo após seu regresso, pleiteou e obteve o posto de Almojarife e Tesoureiro da Alfândega da Colônia⁴⁷, tendo sido respaldado para tanto pelo Governador Vasconcellos. Exerceu tal função de 1733 até 1735. Nesse momento, pediu equiparação salarial com o almojarife do Rio de Janeiro, o que, para além do benefício pecuniário, representava um aumento do reconhecimento de sua hierarquia e poder, igualando de forma oficial o valor de seu ofício na Colônia do Sacramento com o da praça fluminense. Em 1731, tornou-se, por indicação do governador, Capitão de Ordenanças, mais uma condição política e social que lhe beneficiava nos negócios, com as isenções, franquezas e privilégios que as patentes outorgavam a seus portadores.

A partir e durante o Grande Sítio de 1735-1737, Pereira do Lago prestou favores de grande importância à Coroa, o que nos permite perceber mais claramente, pela natureza das fontes consultadas, os negócios nos quais Manoel Pereira estava envolvido.

Após o armistício de 1737, Pereira do Lago era credor de uma dívida de 9:849\$143rs junto à Fazenda Real. Esta soma devia ser paga na Praça do Rio de Janeiro a seu procurador João Duarte Fi[l]gueira (relacionado numa lista de moedeiros da cidade)⁴⁸. Restou também uma lista de favores prestados à Coroa durante o sítio, incluindo desde busca de mantimentos e fardamentos em Santa Catarina até missões para obtenção de lenhas na campanha e, principalmente, a compra e condução de gados na campanha, desde o Rio Grande até a Colônia⁴⁹.

⁴⁶ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 398.

⁴⁷ Na Colônia o cargo de Almojarife da Fazenda Real e de Tesoureiro da Alfândega eram integrados.

⁴⁸ AHU-ACL-CU- Rio de Janeiro. Docs . 8612 e 10913. [1739]

⁴⁹ Para maiores detalhes dos préstimos de Pereira do Lago ver parte 3.5 deste estudo, referente ao “Grande Sítio”.

Em 1744, sabemos que havia um navio seu em Lisboa, o qual voltou à Colônia pela via da Bahia e do Rio de Janeiro, onde iria carregar fardas, mantimentos e munições, por conta da Fazenda Real, além de gêneros para comércio em seu nome⁵⁰. Observa-se que somado ao comércio, ou visando facilitá-lo, Pereira do Lago continuava prestando favores ao Rei, e assim obtendo as licenças que pleiteava para realizar seus negócios. Vasconcellos foi sempre um dos interlocutores de Pereira do Lago junto à Coroa.

Mais ainda, em 1747, Pereira do Lago obteve permissão para o envio, pelo Rio de Janeiro, de uma embarcação sua à costa da África, a Benguela ou Angola para trazer negros⁵¹. É intrigante e revelador que, meses antes, Vasconcellos estivesse empenhado em representar junto ao Conselho Ultramarino sobre a retirada de um imposto de 10 pesos (7\$500rs) para a introdução de escravos na outra banda, que o Brigadeiro Silva Pais havia instituído à revelia da opinião dos homens de negócio da praça⁵².

Ainda no ano de 1747, Pereira do Lago obtém sua segunda nomeação para o cargo de Almojarife da Colônia e Tesoueiro da Alfândega. É ainda no exercício dessa função que, logo após a saída de Vasconcellos do governo da Colônia, ele pleiteia e obtém a transferência para o Rio de Janeiro, ocupando o mesmo posto: Almojarife da Fazenda Real. O donativo pago cobria 6 anos no ofício⁵³.

Sua transferência para o Rio de Janeiro não significou que tivesse abandonado seus negócios na Colônia. Continuou a manter interesses em Sacramento, como indica uma questão sobre a isenção que pretendia obter para 200 barris de doce que foram para a Colônia. Por seus vínculos pessoais, garantiu que o juiz da Alfândega da Colônia desse uma informação favorável a sua causa⁵⁴.

Finalmente, sabemos que em 1752, por ocasião da chegada de Gomes Freire a Colônia, realizou-se uma chamada de contribuição de 100 mil pesos a ser paga pelos homens de negócio da Colônia. Manoel Gonçalves Machado, negociante com casa estabelecida, comissário ou sócio de Manuel Pereira do Lago, pagou a quantia de aproximadamente 5:000\$000 de réis por conta de Lago⁵⁵.

Através da trajetória de Manoel Pereira do Lago, ficam claros os vínculos entre sua carreira, enquanto autoridade real e servidor fiel a El Rey, e seus importantes interesses enquanto homem de negócios. Pereira do Lago soube conjugar suas atividades e orientar seus recursos pessoais e financeiros com a finalidade de atuar e explorar os espaços e as possibilidades que o sistema colonial do Império Português permitia. Desde Colônia do Sacramento, Manoel Pereira atuou em Lisboa, Bahia, Rio de Janeiro e costa da África. Apesar de sua localização periférica em relação aos centros de poder, seu conhecimento e relações no mercado platino permitiam que utilizasse os contatos extra-oficiais para obter um diferencial frente ao demais homens de negócio que atuavam desde outras praças do Império. Assim, utilizou de suas redes de fidelidades pessoais na Colônia de Sacramento,

⁵⁰ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 408. 1746.

⁵¹ AHU-ACL-CU-Rio de Janeiro. Doc. 13818. 1747. Manoel Pereira obtém a licença.

⁵² AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 409. 18/VII/1746. O Brigadeiro Silva Pais governou a praça interinamente, por alguns meses, em 1743, quando Antonio Pedro de Vasconcellos esteve impedido de governar por doença.

⁵³ AHU-ACL-CU- Rio de Janeiro. Doc. 14555. 06/X/1749.

⁵⁴ AHU-ACL-CU- Rio de Janeiro. Doc. 16714. 1751.

⁵⁵ AHRGS. Documentação Fazendária. Lata 01. Maço 03. [1752]

conjugando postos de autoridade e negócios, adquiriu prestígio, cabedais e condições para aceder ao centro da Colônia em uma situação privilegiada.

A saída de Vasconcellos em 1749, parece ter sido um impulso para muitos dos principais homens de negócio da Colônia mudarem de cidade. Após sua saída, os homens mais próximos a ele, como os antigos Almojarifes de Sacramento, Pereira do Lago e José da Costa Pereira (que ficou como procurador de Vasconcellos neste íterim), solicitaram transferência para o Rio de Janeiro ou Lisboa. Enfim, buscavam utilizar o capital e as influências acumuladas na Colônia do Sacramento para buscar a melhor inserção possível nos centros de poder aos quais estavam vinculados no Império Português.

Se junto com o fim do governo Vasconcellos muito dos antigos poderosos buscaram novas colocações na sociedade Colonial, tal não foi o caso das famílias do Coronel Manoel Botelho de Lacerda. Com a chegada, em 1749, de Luis Garcia de Bivar, novamente se estruturou uma aliança entre os Botelhos e o Governador. Agora a principal figura já não era Manoel Botelho⁵⁶, mas seu irmão, Pedro Lobo Botelho, que mantinha com o Governador de Buenos Aires, Joseph de Andonaegui, excelentes relações pessoais⁵⁷.

Em pouco tempo o “capitão embaixador” Pedro Lobo Botelho estabeleceu o contato entre os governadores. A partir de então, surgiu uma relação de troca de presentes e cordialidades. “*Piñitas de plata virgen*”, escrivânias e lenços de lã de vicunha eram retribuições à “*licores de caracas, chocolates*” e jogos de mesa de porcelanas, nas trocas de presentes entre os Governadores de Buenos Aires e Colônia, respectivamente⁵⁸. Estabelecia-se, conjuntamente, os acordos para permitir as liberações, por parte do governador da Colônia, dos passaportes falsos para embarcações buscarem de “gêneros de abastecimento”, em Buenos Aires ou Montevideu.

Pedro Lobo Botelho, manteve sua condição de principal interlocutor em Buenos Aires. Ao tempo em que a expedição de Gomes Freire de Andrade passou pela Colônia, Lobo ocupava uma posição de destaque na sociedade local. A permanência da família desde os primórdios da reocupação portuguesa de 1717, as patentes militares e as alianças duradouras com autoridades e homens de negócio em Buenos Aires, bem como a incorporação de um homem de negócios inglês, foram instrumentos que permitiram aos irmãos Botelho acumular prestígio e riquezas que consolidaram uma posição social de destaque e influência política na Colônia, mesmo depois da saída de Vasconcellos. Ao contrário de Pereira do Lago e José da Costa Pereira, Botelho de Lacerda e seu irmão, Pedro Lobo Botelho, mantiveram-se na Colônia ao longo da década de 1750, mas contavam com o filho de Manoel, o capitão Constantino Botelho no Rio de Janeiro, devidamente inserido nas redes facilitadoras dos negócios. Talvez, a inserção da família nas redes comerciais e de relações pessoais estivesse muito vinculada ao Prata. Talvez fossem justamente os fortes vínculos mantidos com as autoridades portenhas que constituíssem os

⁵⁶ Segundo observação de Gomes Freire, em 1754 o “coronel estava muito velho e cheio de achaques que lhe prometem pouca vida”. Manoel Botelho de Lacerda morreu no mesmo ano. AHU-ACL-CU- Rio de Janeiro. Doc. 19292. IV/1754.

⁵⁷ AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2. 12/III/1749, 15/IV/1749, 27/III/1749, 02/IV/1749. Além de por repetidas cartas Andonaegui ressaltar a honra e distinção do capitão Pedro Lobo Lacerda, este, quando escreve a Andonaegui, chega a mandar lembranças a “Pepesito”, filho de Andonaegui, e das brincadeiras que chegara a ter com o garoto algumas noites em Buenos Aires. Tal fato corriqueiro e familiar é denunciador da estreita relação pessoal de amizade entre Lobo e Andonaegui.

⁵⁸ AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2 23/VII/1749 e 12/VIII/1749.

recursos e contatos que eram a base do poder da família. Enfim, Manoel Botelho de Lacerda, ao longo dos mais de trinta anos de atuação no complexo portuário platino, possuía todo o tipo de experiência em atividades comerciais lícitas e ilícitas. Sua família mantinha contatos e vínculos de reciprocidade com importantes figuras da sociedade buenairense, e o genro era homem de negócios inglês. Enfim, em outra localidade, os recursos e possibilidades de atuação da família Botelho não seriam tão vantajosos como em Sacramento. Afinal, além de todos os vínculos, a antiguidade da família na cidade constituía certamente um fator de nobilitação na sociedade local. Entretanto, a partir da década de 1750, o futuro de Sacramento enquanto uma cidade portuguesa viu-se definitivamente ameaçado.

Ao considerarmos a trajetória do Governador Vasconcellos e a dos homens que foram os principais sustentáculos políticos de seu poder, podemos ver indícios de que cada um ocupe um papel determinado em relação às redes sociais e articulações com os centros de poder. Manuel Botelho de Lacerda, construiu uma família que poderíamos considerar totalmente adaptada às redes comerciais e sociais do Rio da Prata, criando vínculos pessoais com autoridades de Buenos Aires, incorporando um negociante inglês à família e possuindo um representante no Rio de Janeiro, principal centro de poder envolvido nos negócios com Sacramento.

Antônio Pedro de Vasconcellos era a parte mais visível da organização, era o detentor do maior cargo hierárquico em Sacramento. Seu poder emanava dos vínculos diretos que possuía com Lisboa: tanto como Governador investido pelo Rei, como por suas relações pessoais com o Presidente do Conselho Ultramarino. Manoel Pereira do Lago e José da Costa Pereira, dois homens que serviram em distintos momentos como Almozarifés da Fazenda Real e outros cargos fazendários na Colônia, eram fortemente vinculados ao Rio de Janeiro. Se considerarmos que a Fazenda da Colônia do Sacramento estava submetida à do Rio de Janeiro, e que era o Almozarife o responsável por lançar as letr sobre a fazenda do Rio de Janeiro, parece realmente importante que a pessoas que ocupassem tal posto tivessem vínculos seguros na praça carioca. Manoel Pereira do Lago construiu tais conexões, e conseguiu, desde Sacramento, acumular recursos suficientes para inserir-se de forma privilegiada no centro de poder e comércio, junto ao qual mais atuou durante seus anos no Prata. José da Costa Pereira foi também Almozarife da Fazenda Real e Selador da Alfândega, transferindo-se para o Rio de Janeiro após a saída de Vasconcellos.

Enfim, desde a Colônia, o Governador e seus oficiais aliados, através de fortes relações de reciprocidade, vinculavam-se aos principais centros de poder no Império luso aos quais Colônia estava ligada. Simultaneamente, a associação com Botelho de Lacerda assegurava contatos em Buenos Aires e era facilitadora dos contatos com os ingleses. Tal tipo de articulação representa uma das possibilidades de associação e articulação das redes de relações pessoais, comerciais e políticas na Colônia do Sacramento na primeira metade do século XVIII.

É com a saída de Vasconcellos que essa tripla associação de poder entre o Governador e os seus oficiais desarticula-se. O tratado de Madri provocara a substituição de Vasconcellos. Talvez com temor da realização de alguma devassa, ou buscando garantir uma posição mais segura dentro do Império português, Manoel Pereira do Lago e José da Costa Pereira transferem-se para o Rio. Sabemos qual foi a opção da família Botelho – manteve-se em Sacramento constando com um homem no Rio de Janeiro. Com o tratado de Madri e as políticas pombalinas, a realidade da Colônia e do Prata sofreu profundas

alterações, entretanto o clã dos Botelho manteve-se com uma posição privilegiada na sociedade local.

A partir desse momento, começava a se estruturar novas conjunturas internacionais e a se formar um novo cenário da região platina. As relações entre Espanha e Portugal durante a expedição demarcadora dos limites na Banda Oriental, e a conseqüente eclosão da Guerra Guaranítica, alteraram *modus operandi* no complexo portuário do Rio da Prata, especialmente no tocante às relações dos luso-brasileiros com os castelhanos. Ocorreram momentos de maior fluidez, e subseqüentes momentos de hostilidades.

As medidas Pombalinas vão também contribuir para o início de mudanças políticas e sociais mais profundas, que alteraram fortemente o comércio e a realidade da região platina nas décadas seguintes.

FONTES PRIMÁRIAS PUBLICADAS

LISANTI FILHO, Luis. *Negócios Coloniais* Rio de Janeiro: Casa da Moeda. 1973.

RIBEIRO, Francisco. *Informação*. [1703] Sala Abeillard Barreto – Biblioteca Rio-Grandense.

SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata, Escrita por Ordem do Governador e Capitão Geral do Rio de Janeiro em 1737 e 1777*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

VASCONCELLOS, Antônio Pedro de. *Breve Relación que dá un Tronco*. 1732. Biblioteca Rio-Grandense

LIVROS, TESES, DISSERTAÇÕES, ARTIGOS E PUBLICAÇÕES DIGITAIS

BENTANCOUR, Arturo. *Contrabando y Contrabandistas, Historias Coloniales*. Montevideu: Arca. 1982.

BOXER, Charles R. *A Idade do Outro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 (3ª ed.).

CANABRAVA, Alice P. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: USP, 1984 [1942].

FRAGOSO, João, e FLORENTINO, Manolo. *Arcaísmo como Projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. [4a ed. revista e ampliada]

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790 – 1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. In: *TOPÓI, Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ* – nº. 1, 2000.

FRAGOSO, João. GOUVEA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda (organizadores). “*O Antigo Regime nos Trópicos*” Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

FRAGOSO, João. Afogando em Nomes. *Topoi*. UFRJ: Rio de Janeiro. 2002.

GELMAN, Jorge. *De mercachifle a Gran Comerciante los caminos del ascenso en el Rio de la Plata Colonial*. La Rabida: Universidad Internacional de Andalucia. Sede Iberoamericana de La Rabida. 1996.

- GELMAN, Jorge. *Estancieros y Campesinos*. Buenos Aires: Libros del Riel. 1998.
- GREENE, Jack P. "Negotiated Authorities". In: *Essays in Colonial Political and Constitutional History*. The University Press of Virginia, 1994.
- JUMAR, Fernando. *Le commerce Atlanique Au Rio de la Plata*. Paris: École des Hautes Études en Science Sociales. 2000. Tese de Doutorado
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937. [obra em 2 volumes].
- MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y Control Colonial en el Siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina. 1988.
- MOUTOUKIAS, Zacarias. Redes Personales y Autoridad Colonial. 1992. *Annales. Histoire, Sciences Sociales* Paris, mai-juin. 1992. (Traduzido com finalidades didáticas por Maria Zapiola. Universidade de Buenos Aires. Facultad de Filosofia y Letras. 1998.
- NEUMANN, Eduardo. "Frontera y identidad: conflictos luso-guaraníes en la Banda Oriental – 1680/1757". *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, dez 2000.
- NEUMANN, Eduardo. *A fronteira tripartida: índios, espanhóis e lusitanos na formação do Continente do Rio Grande*. Niterói: XXI Simpósio Nacional de História – ANPUH. 2001
- NEUMANN, Eduardo. *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- PAREDES, Isabel. *Comercio y Contrabando entre Colonia do Sacramento y Buenos Aires en el periodo entre 1739 – 1762*. Buenos Aires. 2001 [dactiloescrito].
- PEDREIRA, J. M. *Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755 – 1822)*. Universidade Nova de Lisboa. 1995.
- PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach. 1954.
- PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento – o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, F.P. Prado. 2002.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R., O Brasil Colonial: o ciclo do ouro. IN BETHEL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. "Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808". In: *Revista Brasileira de História*. v. 18 nº 36. São Paulo, 1988. Publicada na Internet no site www.scielo.br. [site consultado em 21 de setembro de 2001]
- SAMPAIO, Antonio Jucá de. IN FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda (organizadores). *"O Antigo Regime nos Trópicos"* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SOCOLOW, S. e JOHNSON, L. Poblacion y espacio en el Buenos Aires del siglo XVIII. *Desarrollo Economico*. V. 20. N. 19. 1980.
- SOCOLOW, Susan e HOBERMAN, Louise (comp.) *Ciudades y sociedad en Latinoamérica colonial*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 1993.
- SOCOLOW, Susan. *Los Mercaderes de Buenos Aires Vireinal*. Buenos Aires, Ed. De la Flor. 1991.

SOCOLOW, Susan. *The Bureaucrats of Buenos Aires: Amor al Real Servicio*. Durham: Duke University Press. 1996.

SOUZA, Susana Bleil, CASTELLO, Iára, HAUSEN, Ênio *et alii* (org.). *Práticas de Integração nas Fronteira: Temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA. 1995.

TULA, Aníbal Riveros. *Historia de la Colonia del Sacramento*. IHGU. Montevideo. s/d